

O “novo” ensino médio sob a lógica do mercado

The "new" High School under the logic of the market

**Everton Henrique Eleutério Fargoni¹, João dos Reis Silva Júnior², Mayna Zacarias³,
William Augusto Vicente⁴**

RESUMO: Este artigo apresenta uma análise crítica sobre a reforma do ensino médio no Brasil, a partir da influência do capital financeiro na educação. Explora a origem dos ditames neoliberais no país, assim como os conceitos de comoditização, empresariamento e mercantilização da educação para responder nesse ciclo de ensino, como o estudante pode ser afastado de sua condição de sujeitos históricos e sociais. O texto destaca a importância de se consolidar um plano democrático para o ensino médio, que considere as vocações, aspirações e necessidades dos estudantes, e que os prepare para pensar criticamente sobre a realidade e a sociedade em que vivem. Para isso, é necessário superar a lógica do mercado e investir em uma educação pública, gratuita e de qualidade. Promovendo a formação integral dos estudantes, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Conclui, alertando para os desafios que envolvem a reforma do ensino médio no Brasil e propõe uma reflexão crítica sobre as políticas neoliberais que influenciam o campo da educação no país.

PALAVRAS-CHAVE: Mercantilização da Educação; Neoliberalismo; Novo Ensino Médio

ABSTRACT: This article presents a critical analysis of the reform of high school in Brazil, based on the influence of financial capital on education. Explore the origins of neoliberal dictates in the country, as well as the concepts of commodification, business vision and commercialization of education in order to answer the question of how students can be removed from their condition as historical and social subjects in this cycle of education. The text highlights the importance of consolidating a democratic plan for secondary education, which takes into account the vocations, aspirations and needs of students and prepares them to think critically about the reality and society in which they live. To do this, it is necessary to overcome the logic of the market and invest in public, free and quality education. Promoting the integral formation of students, contributing to the construction of a fairer and more equal society. It concludes by warning of the challenges involved in reforming high school in Brazil and proposes a critical reflection on the neoliberal policies that have influenced the field of education in the country.

KEYWORDS: Mercantilization of Education; Neoliberalism; New High School.

¹ Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), professor de magistério superior, <https://orcid.org/0000-0001-7536-9126>. E-mail: evertonfargoni@gmail.com;

² Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), professor de magistério superior, <https://orcid.org/0000-0003-2667-0371>. E-mail: jr@ufscar.br;

³ Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Doutoranda em Educação, <https://orcid.org/0000-0003-1675-7131>. E-mail: maynazacarias1@gmail.com;

⁴ Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Mestrando em Educação, <https://orcid.org/0000-0001-8204-4020>. E-mail: william.a.vicente@gmail.com

INTRODUÇÃO

O tema deste artigo apresenta sua complexidade e exige adequada forma de abordá-lo no contexto em que o neoliberalismo se expande. Para tal intuito, é necessário aproximar-se do assunto e depois afastar-se sem perder de vista o que é a sua essência e estrutura nas últimas décadas. Este movimento nos permite produzir reflexões sobre o tema, amalgamando questões pertinentes que galgam o ensino médio. Assim, nossa análise olhará para totalizações mais amplas no âmbito político e econômico, sem desconsiderar o tema principal.

No Brasil, o contexto pelo qual um possível “novo” Ensino Médio (NEM) se encontra indefinido, é sequela de reformas políticas iniciadas na década de 1990. Em vista disso, o empresariamento, que muito se debate no campo da educação básica, também é fruto dessas políticas, resultando em indeterminações do Estado que não consegue consolidar um plano democrático para este nível escolar. O pilar desse conjunto de indefinições é a reforma do Aparelho do Estado (1995), ao favorecer o empresariamento da educação, atribuindo protagonismo para grupos econômicos na definição e financiamento das políticas educacionais, em detrimento da participação democrática e da autonomia pedagógica das escolas e dos professores.

Sobre esse quadro de indefinições, no primeiro momento, faremos uma análise crítica sobre o que está acontecendo com o Ensino Médio brasileiro, usando como ponto de partida a reforma no aparelho do Estado que produziu um novo paradigma político. A pertinência desta reflexão, consiste na necessária compreensão da fonte das políticas neoliberais, pois, segundo Silva e Silva (2018) a reforma do Estado foi guiada pelo pensamento neoliberal, favorecendo o mercado como órgão regulador da vida social e econômica. Esse pensamento envolve uma racionalidade mercantil, diminuindo as políticas públicas e direitos a produtos para cidadãos-clientes, prejudicando direitos sociais.

No segundo momento, apresentaremos considerações críticas sobre a comoditização da educação e, conseqüentemente, o empresariamento dela. Tendência que está no cotidiano da esfera educacional brasileira pós-reforma do Estado, pois, organizações privadas de diversos setores em conjunto de políticos neoliberais buscam padronizar incessantemente o sistema educacional para seus interesses. Este intento representa a transformação de um direito num produto e a comoditização da educação brasileira seria a tendência de tornar a educação um serviço mercantilizado, que não considera as especificidades e as necessidades dos estudantes, muito menos das escolas.

Em suma, discutiremos como essas mudanças podem favorecer a mercantilização da educação, reduzindo o papel do Estado e abrindo espaço para a atuação de empresas privadas no sistema educacional. Essa discussão é baseada nas nossas observações e vivências no campo da

educação, tanto na perspectiva da pesquisa quanto da docência. Nosso objetivo é alertar para os riscos e as consequências da mercantilização da educação para a qualidade do ensino, para a formação integral dos estudantes e para a democratização do conhecimento.

NEOLIBERALISMO NO BRASIL

A educação brasileira pode ser vista de diferentes formas, jurídica, política, social e econômica. Do ponto de vista jurídico, a educação é um serviço, cuja prestação é de responsabilidade do Estado. Do ponto de vista social, a educação é um bem, que representa a aquisição do conhecimento e o desenvolvimento humano (Oliveira; Adrião, 2007). Enquanto no ponto de vista econômico, a educação pode ser tratada como um serviço essencial, que não pode ser interrompido em crises ou greve.

Esse entendimento também é constitucional. A educação não pode ser considerada mercadoria em função da Constituição Federal de 1988 (CF/88). Ao consagrá-la como um direito público subjetivo, de titularidade de todos os cidadãos brasileiros, e como um dever do Estado e da família, a educação requer incentivo permanente com a colaboração da sociedade (BRASIL, 1988). O art. 205 da CF/88 estabelece que a educação tem por finalidade o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

No entanto, existem brechas que fazem da educação um campo atrativo para o capital financeiro. As emendas constitucionais são possibilidades. Factualmente, segundo o site do Planalto⁵, o Brasil tem atualmente 114 emendas constitucionais. As emendas constitucionais são formas de alterar parte do texto da Constituição Federal, seguindo um processo legislativo específico previsto no artigo 60 da própria Constituição.

Algumas emendas podem ter impacto direto na educação, mas não são exclusivas sobre esse tema. Por exemplo, a Emenda⁶ Constitucional 119, promulgada em abril de 2022, desobriga estados e municípios de aplicarem o mínimo exigido pela Constituição em educação em 2020 e 2021, devido à pandemia de Covid-19. Outra emenda que trata da educação é a Emenda⁷ Constitucional 108, que torna permanente o FUNDEB, o fundo de financiamento da educação básica.

As brechas políticas são possibilidades, predominando o momento histórico e, sobretudo, os acontecimentos que determinam conjunturas sociais, políticas, econômicas, entre outros. No caso da educação brasileira, as discussões sobre o “novo” ensino médio não são recentes, mas sua

⁵ Diário Oficial da União, Brasília, DF, 28 abr. 2022. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/emenda-constitucional-n-119-de-27-de-abril-de-2022-317154561>. Acesso em: 13 ago. 2023.

⁶ Idem link anterior.

⁷ Diário Oficial da União, Brasília, DF, 27 ago. 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/emenda-constitucional-n-108-de-26-de-agosto-de-2020-274252837>. Acesso em: 13 ago. 2023.

estruturação é resultante de vários acontecimentos que orientaram mudanças no Estado brasileiro. Certamente, um dos principais motivadores das transformações feitas na esfera pública brasileira, antes mesmo da reforma do Estado, foi o consenso de Washington (1989). Segundo Silva (2004, p. 118), este consenso foi um conjunto de recomendações econômicas formuladas por instituições financeiras internacionais. Entre elas, destacamos o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM), para os países da América Latina na década de 1980, visando promover o ajuste fiscal, a abertura comercial, a privatização e a desregulamentação dos mercados.

As recomendações de Washington influenciaram na produção da reforma do Estado brasileiro. As principais características foram: a redução do tamanho e das funções do Estado, a transferência de atividades e serviços para o setor privado, a descentralização administrativa e fiscal para os estados e municípios (municipalização), a flexibilização das relações de trabalho e a redefinição dos papéis e responsabilidades dos poderes públicos. Naquela época, com o fim da ditadura militar que favoreceu o neoliberalismo e mesmo com a criação de uma nova Constituinte, o cenário de instabilidade política propiciou as ações dos órgãos internacionais e a lentidão na retomada democrática no país, sobretudo dos serviços essenciais. O *impeachment* em 1992 e a adesão dos ditames neoliberais por Fernando Henrique Cardoso (FHC, 1995-2002), corroboraram para que a reforma do Estado brasileiro fosse implementada para enfrentar a crise econômica e social do país.

Consequentemente, as mudanças no campo da educação são consentidas na redução do papel do Estado, como a transferência de recursos e responsabilidades para os municípios, a introdução de mecanismos de avaliação e controle, a valorização do ensino profissionalizante e a incorporação da lógica empresarial na gestão educacional. Para Silva Jr. (2004, p. 23) “a reforma do Estado tem um pressuposto ideológico básico: o mercado” e “é, portanto, de racionalidade sócio-política e agente principal do bem-estar da república.” Essa premissa conduz “a situar direitos sociais (como a saúde, a educação e a cultura) no segmento de serviços determinados pelo mercado” (Silva Jr., 2004, p. 23).

Este foi o novo paradigma político produzido pela reforma do aparelho do Estado - a busca do Estado mínimo, regulador e avaliador, que delega ao mercado e à sociedade a provisão de bens e serviços públicos. A venda da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD)⁸, ainda é um dos maiores exemplos desse modo de operação político. Sendo uma das principais empresas de mineração do mundo, foi privatizada em 1997. A venda gerou polêmica e críticas por parte de setores nacionalistas e sindicais, que consideravam a empresa estratégica para o desenvolvimento do país.

⁸ G1. Vale completa 20 anos de privatização; veja números da empresa. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/negocios/noticia/vale-completa-20-anos-de-privatizacao-veja-numeros-da-empresa.ghtml>. Acesso em: 10 ago. 2023.

Também nesse “neoliberalismo à brasileira”, a reforma do Estado trouxe como consequência a implementação de políticas de avaliação em larga escala da qualidade da educação, que visaram medir e regular o desempenho dos alunos, professores e instituições de ensino em todos os níveis. Essas políticas se concretizam por meio de sistemas como o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), que aplicam provas padronizadas e produzem indicadores de resultados educacionais.

“A reforma do Estado brasileiro, inspirada no neoliberalismo, teve como um de seus objetivos a redefinição do papel do Estado na provisão de bens e serviços públicos, especialmente nas áreas sociais, como a educação. Nesse sentido, a reforma educacional implementada nos anos 1990 buscou adequar o sistema educacional às demandas do mercado, enfatizando a qualidade, a eficiência, a competitividade e a avaliação. Essa lógica, porém, desconsiderou as especificidades e as desigualdades do contexto educacional brasileiro, gerando efeitos negativos sobre a democratização e a qualidade da educação pública.” (Sguissardi, 2002, p. 29).

São nessas especificidades que a teoria econômica neoliberal está no imperativo. A livre iniciativa, a livre concorrência, diminuição do papel do Estado na economia e a redução de barreiras ao comércio internacional tomaram o organismo político de nações, determinando novos parâmetros para todos os aparelhos do Estado, com a Educação sendo um dos principais sustentáculos.

Nesse cenário, o principal objetivo do consenso de Washington foi expandir o neoliberalismo nos países da América Latina, se baseando na ideia de modernização, desenvolvimento social e econômico. No entanto, ao contrário do que se esperava, esse modelo demonstrou impreciso para os problemas enfrentados pelos países da América Latina. Não considerou as diferentes realidades e provocou aumento do desemprego, da inflação, das taxas de juros, além da desigualdade social.

De acordo com Esquinsani e Sobrinho (2020), as políticas neoliberais na educação brasileira reduziram investimentos públicos, precarizando as condições de trabalho dos professores, impondo uma lógica gerencial e mercadológica à escola, desconsiderando as demandas sociais e ambientais da população. Essas medidas foram influenciadas por organismos internacionais que representam os interesses do capital e que visavam adequar a educação às demandas do mercado globalizado.

Uma teoria que explica esses acontecimentos políticos e econômicos nos últimos 30 anos, é a teoria da predominância financeira, proposta por François Chesnais. Para o autor, o capitalismo contemporâneo se caracteriza pela expansão e integração das operações do capital em escala global, sob o domínio dos oligopólios mundiais e do capital financeiro (1996, p. 19). No contexto do

neoliberalismo brasileiro, essa teoria expõe como as políticas de ajuste, privatização, abertura comercial e financeira, flexibilização trabalhista e redução do Estado, foram impostas pelos interesses do capital transnacional e das instituições financeiras internacionais. O que gerou exclusão social, desindustrialização, endividamento externo e dependência econômica.

A égide neoliberal persiste na terceira década do século 21 como um parasita na esfera pública. Os entraves no sistema educacional brasileiro também são provenientes disso e, após experiências nos estreitamentos a um ultraneoliberalismo entre 2017 e 2022 (Fargoni et al., 2023), o Brasil prefigura como um dos exemplos de nações com mais dificuldades de apresentar alternativas políticas a este modelo. À vista disso, observamos criticamente mais aparições de reformas, também derivadas da reforma do Estado, vinte anos depois de sua operacionalização. Destacamos, a reforma do ensino médio, a reforma trabalhista e a reforma previdenciária. As três reformas fazem parte do mesmo projeto neoliberal de reconfiguração do Estado brasileiro.

A reforma do ensino médio alterou a estrutura curricular, a carga horária e a formação dos professores, visando adequar o ensino às demandas do mercado e de limitar o acesso ao conhecimento crítico e emancipatório. A reforma trabalhista fragilizou a proteção legal dos trabalhadores, facilitando demissões, ampliando as formas de contratação precária e dificultando a organização sindical, em outras palavras, significa a “Uberização” do trabalho humano. Por fim, a reforma previdenciária aumentou a idade mínima e o tempo de contribuição para a aposentadoria, diminuiu o valor dos benefícios e incentivou a privatização da previdência. Essas reformas afetaram diretamente a classe trabalhadora, que ficou mais vulnerável à exploração, à desigualdade e à exclusão social.

Todas essas “consequências” foram consideradas vitórias por muita gente. Isto é, o neoliberalismo não parece ser apenas uma teoria econômica, mas também uma entidade que corrompeu o pensamento público e a percepção das pessoas sobre as coisas. No entanto, entendemos que tudo isso é parte resultante da organicidade do capital financeiro buscando lucro em cada lacuna da sociedade civil. Afinal, transformar direitos em produtos é um bom negócio quando se há alienação massiva e este é um vislumbre para neoliberais. Para Marx (2013), essas reformas são expressões da lógica do capitalismo, buscando aumentar incessantemente a acumulação de riqueza às custas da exploração da força de trabalho e da expropriação dos bens comuns.

COMODITIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO

A concepção de qualidade da educação que se tornou dominante está submetida aos critérios da racionalidade empresarial, sendo considerada a mais eficaz, objetiva e competitiva por estar

baseada em critérios quantitativos. Essa objetividade é alcançada por meio do acompanhamento das tendências mundiais que relacionam a qualidade da educação, à melhoria dos indicadores e à posição em *rankings*. Sob esta racionalidade, a educação brasileira parece estar cada vez mais absorvida por políticas neoliberais. Expostas sob interesses comuns de uma ampla gama de organizações empresariais, agentes governamentais, associações de gestores educacionais, parlamentares e partidos políticos.

Reside nesse leque de interessados, “comoditizar” a educação brasileira usando o Ensino Médio como estratégia de um conjunto de negócios. O pacote de intentos nesse quadro expressa sua máxima no mercado financeiro: sempre o lucro, pois a comoditização é um processo econômico que ocorre quando bens e serviços são transformados em commodities. Isto é, produtos padronizados e homogêneos comercializados com base no preço e não na qualidade ou diferenciação. Sob efeito do fenômeno da financeirização, esta condição pode implicar até na transformação de um sistema educacional em mercadoria. A relação entre esses dois conceitos é complexa e multifacetada. Segundo Chesnais (1996), a financeirização é um processo histórico que se intensificou nas últimas décadas do século 20, em decorrência da crise do modelo de acumulação fordista e da busca por novas formas de valorização do capital. Esse fenômeno se manifesta em diversos aspectos, especialmente na crescente interconexão entre os mercados financeiros e os mercados de bens e serviços.

A financeirização tem implicações significativas. Essa tendência tem levado à precarização das condições de trabalho dos professores e à redução da qualidade do ensino oferecido pelas instituições públicas. Além disso, a educação é vista como um investimento financeiro, em vez de um bem público ou social. Para Silva Jr e Fargoni (2019, p. 36) a financeirização da educação brasileira está relacionada à entrada de capitais internacionais, ao fortalecimento de grandes grupos educacionais e na operacionalização das políticas neoliberais em toda sociedade civil. Isso permitiu domínio do capital financeiro na soma das atividades econômicas, incluindo a educação.

No eixo das políticas educacionais na esfera pública brasileira, a consolidação dessa lógica é proveniente da reprodução direta de experiências de outros países, como as implementadas no sistema escolar dos Estados Unidos. Nesse horizonte, a operacionalização de políticas educacionais norte-americanas foi conduzida por líderes empresariais e líderes políticos defensores do livre-mercado. Ravitch (2011) chamou esses influenciadores de “reformadores empresariais”, ao estabelecerem um sistema baseado em testes onde os níveis de proficiência em leitura e

matemática⁹ são os principais critérios de qualidade e referência para alunos, professores e diretores de escolas.

Esse modelo, se transferido para outro contexto, como o industrial, se mantém como parte pertinente do processo de um sistema de produção. Nos princípios do Taylorismo, o objetivo principal é aumentar a eficiência operacional do trabalho, extraíndo o máximo de rendimento de cada funcionário. Para isso, precisa existir um sistema de racionalização do trabalho, no qual cada trabalhador se especializa em uma etapa específica do processo produtivo. Assim, tal como o contexto do sistema escolar norte-americano, as habilidades como leitura e matemática são consideradas “vitais” para os trabalhadores, possibilitando que compreendam e executem as instruções e procedimentos necessários para realizarem suas tarefas.

Marx (2004; 2013), antes das determinações de Taylor nos alertou sobre esse processo de exploração que viria se espalhar alhures. As habilidades supracitadas, como leitura e matemática, podem ser vistas como meios pelos quais os trabalhadores são explorados, por serem usadas para aumentar a eficiência do processo produtivo e extrair mais valor do trabalho desses trabalhadores. É notório a viabilidade que isso aconteça, é parte do processo do sistema capitalista. Mas a escola, como aparelho de Estado cada vez mais neoliberal, aparece no seu cotidiano essa contradição.

Os atores sociais na escola, diferente dos atores sociais envolvidos em todo sistema educacional, que inclui membros do empresariado e políticos defensores do neoliberalismo, podem ter seu fator humano negado e/ou negligenciado. Nesse sistema, o ensino médio parece estar mais orientado ao mercado de trabalho em vez de uma educação emancipatória. O professor, que é trabalhador, é visto também como uma mercadoria e seu valor é determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário para produzi-la. Isso significa que a docência é reduzida a um mero instrumento de produção, cujas necessidades e desejos são ignorados em favor do lucro.

No contexto da reforma do ensino médio, a comoditização pode ser vista como uma tendência em direção à padronização do ensino. Sancionada em 2017, a reforma introduziu mudanças significativas no currículo escolar, incluindo a flexibilização do currículo e a possibilidade de escolha de disciplinas pelos alunos. No entanto, essa flexibilização pode levar a uma maior comoditização do ensino, uma vez que a opção de o padronizar, não considerando as especificidades e problemas locais, abre espaço para a entrada de empresas privadas na oferta de cursos e serviços educacionais, bem como para a adoção de modelos de financiamento baseados em parcerias público-privadas.

⁹ Brasil segue entre os últimos do mundo em matemática, ciência e leitura, mostra Pisa. Notas do Brasil no Pisa 2022 são menores do que em 2018, mas com oscilação menos intensa do que de países ricos; 70% dos alunos de 15 anos não aprendem o básico em matemática, PALHARES, I.; SALDAÑA, P. Folha do Estado de S. Paulo, 05 dez. 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2023/12/brasil-piora-em-matematica-leitura-e-ciencias-apos-a-pandemia-mostra-avaliacao-internacional.shtml> Acesso em: 13 fev. 2024.

A BNCC é um caso exemplar como materialização desta comoditização e do tecnicismo, ao ser modelada por ideias que movem uma sociedade neoliberal, não sendo emancipatória. Além disso, a ênfase na formação de “capital humano” voltada para a produtividade do capital, pode levar a uma educação voltada para o mercado e para a formação de mão de obra especializada, em detrimento de uma formação mais ampla e humanística.

Essas situações tendem não constituir um “novo” ensino médio sob perspectivas emancipatórias, pois grande parte dos problemas específicos são de natureza econômica. As evidências do momento histórico após sanção da reforma do Ensino médio apontam para esse quadro, criando espaço ideal para o empresariamento do sistema escolar público. Em 2020, o orçamento¹⁰ do Ministério da Educação foi o menor desde 2011, totalizando R\$ 143 bilhões. Os programas e ações voltados para toda pasta do ciclo básico da educação, que inclui o ensino infantil, fundamental e médio, tiveram o menor investimento da década, representando redução de 10% em relação a 2019. Além disso, apenas 76% desse total foram efetivamente aplicados, correspondendo a R\$ 32,5 bilhões.

Em outra pesquisa, por meio da parceria do Observatório do Legislativo Brasileiro (OLB), com a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), identificaram que os fundos¹¹ alocados para investimentos em educação e ciência durante os anos de 2020, 2021 e 2022 foram os mais baixos no Brasil desde os anos 2000. Apesar de um aumento nos valores em 2023, o orçamento para investir do Ministério da Ciência, R\$ 720 milhões, foi 78% inferior ao registrado em 2010, R\$ 3,34 bilhões.

Essa redução dos investimentos em educação pode levar a uma maior dependência das escolas públicas em relação ao setor privado. A operacionalização de um ensino médio reformado, mas sem as garantias financeiras que testem a aplicabilidade de novos recursos, sistemas digitais, laboratórios, entre outros espaços pedagógicos, reforça o sentido de que, com menos recursos disponíveis para as escolas públicas, o financiamento externo poderá ser solução para suas operações.

EMPRESARIAMENTO DO SISTEMA ESCOLAR

¹⁰ MEC teve em 2020 o menor orçamento em quase uma década. **G1**, 22 fev. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2021/02/22/mec-teve-em-2020-o-menor-orcamento-em-quase-uma-decada.ghtml>. Acesso em: 5 ago. 2023.

¹¹ “Orçamentos para investir em educação e ciência voltam a níveis dos anos 2000”. CAFARDO, R. **UOL Política**, 13 fev. 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2022/02/13/orcamentos-para-investir-em-educacao-e-ciencia-voltam-a-niveis-dos-anos-2000.htm>. Acesso em: 28 ago. 2023.

No mesmo horizonte, durante as discussões sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e da reforma do Ensino Médio, algumas instituições reformadoras de origem privada, orbitavam os debates no Ministério da Educação (MEC). A organização Todos pela Educação (TPE), coalizão formada por representantes do setor público, privado e terceiro setor, participou ativamente dessas discussões. Articulado com diversos órgãos governamentais, o grupo é composto por diversas empresas do setor financeiro e industrial, como Fundação Lemann, Instituto Natura, Instituto Unibanco, Itaú, Banco Santander e o grupo SOMOS¹² Educação.

Nesse lote de empresas, está uma contradição que reside no ecossistema da esfera pública brasileira: o empresariamento da educação. Um exemplo recente está na composição da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (SEDUC). Na equipe de transição do governador eleito em São Paulo em 2022, a área de educação incluiu em sua maioria indivíduos com vínculos ao setor privado e sem experiência direta no ensino público. A secretaria de Educação foi a primeira a ter um nome confirmado para seu comando, sendo ele um empresário e ex-chefe da pasta no Paraná.

A transição do governo paulista foi dividida em oito grupos temáticos. Um deles é o de Educação, Cultura e Esporte, com 18 nomes, sendo menos da metade relacionados à educação. Dois dos escolhidos foram da equipe do ex-secretário de Educação do Paraná. Gustavo Garbosa, empresário e ex-diretor de tecnologia e informação da pasta, foi o responsável por implementar plataformas de educação digital para o ensino à distância e transmissão de aulas pela televisão. Já Vinicius Neiva, ex-diretor geral da secretaria paranaense, trabalhou por 20 anos como auditor federal de finanças e possui formação em administração pública. Também está na equipe o empresário Jair Ribeiro, fundador da ONG Parceiros da Educação. Esta é uma breve visada de alguns integrantes da secretaria, cuja chefia, está um mestre em economia e ex-presidente executivo de empresa do ramo tecnológico¹³. Na época de seu trabalho com o governo do Paraná, o Secretário da Educação (2023)¹⁴, foi responsável pelo programa Parceiros da Escola, que previa a entrega da administração escolar para 27 empresas.

A organicidade que figura neste caso, remete no empresariamento da educação de novo tipo, que se baseia teoricamente no valor-trabalho, ou seja, é basicamente outra forma de privatização da

¹² O Grupo SOMOS Educação foi adquirido pela Kroton Educacional, líder no setor de educação superior privada no Brasil, por R\$ 4,6 bilhões. A compra foi realizada por meio da holding Saber, subsidiária de educação básica da Kroton. Antes da aquisição, a Tarpon Gestora de Recursos detinha o controle da Somos Educação. Portanto, os principais financiadores do Grupo SOMOS Educação são a Kroton Educacional e a Tarpon Gestora de Recursos. Kroton fecha compra da Somos Educação por R\$ 4,6 bilhões. **G1**, 23 abr. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/kroton-fecha-compra-da-somos-educacao-por-r-46-bilhoes.ghtml>> Acesso em: 13 fev. 2024.

¹³ Disponível em: <Renato Feder - Secretário de Educação do Estado de São de Paulo - Governo do Estado de São Paulo | LinkedIn> Acesso em: 21 ago. 2023.

¹⁴ Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/educacao/quem-e-renato-feder-o-empresario-liberal-que-deve-assumir-a-secretaria-de-educacao-em-sp/> Acesso em: 25 ago. 2023.

educação que visa transformá-la em mercadoria, subordinando-a aos interesses do capital. Para Motta e Andrade (2020, p. 4) o empresariamento da educação de novo tipo se dá por meio da mercantilização, mercadorização e subsunção da educação ao empresariado. Isso significa que a educação escolar é subsumida à forma e à lógica da mercadoria, transformada em nicho de mercado e assumida pelo empresariado brasileiro em íntima relação com o Estado e organismos internacionais. Esse processo tem impactado negativamente a qualidade da educação, agravando problemas como repetência, evasão e baixo desempenho escolar.

Em outra escala dimensional, o ensino superior, esse “empresariamento” refere-se ao processo de transformação da educação em um negócio, onde o foco é o lucro em vez do desenvolvimento do conhecimento e do pensamento crítico. Pode ser executado por meio de políticas e práticas orientadas para o mercado, como a introdução de taxas de matrícula, a redução do financiamento público e a promoção de parcerias com empresas privadas. Nota-se que o contexto não muda, as razões mercadológicas se amalgamam, independente do ciclo de ensino.

De acordo com Sguissardi (2007, p. 670) a fronteira entre o público e o privado-mercantil está sendo anulada no âmbito de uma economia ultraliberal com predominância financeira e de um Estado semiprivado, que lhe é funcional. A educação, seja no ensino médio ou na pesquisa no ensino superior, está sendo transformada em mercadoria, com uma expansão que se mantém, de um lado, como de elite e de alta qualificação para poucos, e, de outro, como de massas e de baixa qualificação para muitos. Esta é a reprodução sistemática das desigualdades sociais por meio do próprio sistema educacional, que favorece aqueles que já possuem capital cultural e econômico, marginalizando grupos menos privilegiados (Bourdieu, 1998).

Essas determinações recaem na teia de interesses onde o Todos pela Educação se insere. O TPE é composto por empresários e intelectuais orgânicos do capital que, por meio de organizações não governamentais e fundações, têm incidido na formulação e implementação de políticas públicas educacionais. Ao se aliar com o Estado e com o setor privado, o TPE promove uma educação voltada para as demandas do mercado, visando formar um trabalhador de novo tipo, adaptado às exigências do “sociometabolismo”¹⁵ do capital. Essa educação é pragmática e utilitarista, que prioriza a formação técnica em detrimento da formação humanística, podendo contribuir para a reprodução das desigualdades sociais e para a manutenção do *status quo*.

A BNCC não escapou dessas interferências. A visão tecnicista e empresarial aparece em sua estruturação por diferentes modos. Alguns jargões corporativos são relacionados às competências

¹⁵ Segundo Mészáros (2005), o sociometabolismo do capital é um complexo social abrangente e incontrolável caracterizado pela subsunção da divisão hierárquica do trabalho aos ditames do capital. Este termo serve para descrever a relação entre a sociedade e a natureza, que é mediada pelo trabalho humano. Mészáros complementa que para Marx, o trabalho é um processo em que o homem regula seu metabolismo com a natureza, ou seja, um processo de intercâmbio orgânico entre o homem e a natureza.

socioemocionais. Habilidades como empatia, colaboração e resiliência, são defendidas pelo TPE como essenciais na formação de um indivíduo adaptado às demandas do mercado, capaz de solucionar problemas em diferentes espaços. No entanto, muitos dos problemas em que essas habilidades são usadas como parte da formação do jovem na escola e, posteriormente, aplicada na prática, são criados pelo próprio sistema empresarial-neoliberal.

ESTRUTURAÇÃO PARCIAL DO NOVO ENSINO MÉDIO

A reforma foi implementada pela Lei n. 13.415/2016 e alterou a organização curricular do ensino médio, estabelecendo que o currículo será composto pela BNCC e por itinerários formativos definidos pelos sistemas de ensino. A BNCC é uma referência obrigatória para a elaboração dos currículos das escolas públicas e privadas de todo o país, e define as competências e habilidades que os estudantes devem desenvolver em cada etapa da educação básica.

Uma das principais críticas é que a reforma foi elaborada sem a participação da sociedade civil e dos profissionais da educação, o que pode comprometer sua efetividade e legitimidade. Além disso, há preocupações de que a reforma aprofunde as desigualdades educacionais, ao privilegiar determinadas áreas do conhecimento em detrimento de outras. Outra crítica pertinente é que ela parece estar mais preocupada em preparar os estudantes para a realização de testes padronizados, como o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa) e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), do que em promover uma formação integral e crítica. Isso se reflete na ênfase dada às disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, que serão as únicas obrigatórias nos três anos do ensino médio, segundo a proposta original.

O NEM pode apresentar possibilidades interessantes, sendo revista e organizada por docentes e pesquisadores especializados e experientes para esse trâmite, como a flexibilização curricular e a valorização dos itinerários formativos. Essa flexibilização pode permitir que os estudantes escolham áreas do conhecimento que sejam mais relevantes para suas trajetórias pessoais e profissionais, o que pode contribuir para uma formação mais significativa e motivadora. Enquanto, a valorização dos itinerários formativos pode permitir que as escolas desenvolvam projetos pedagógicos mais contextualizados e conectados com as demandas locais e regionais.

Para operacionalizar essas possibilidades, é necessário que a reforma seja implementada de forma responsável e democrática, com a participação efetiva da sociedade civil e dos profissionais da educação. É preciso garantir que a flexibilização curricular não se transforme em uma fragmentação do conhecimento, e que os itinerários formativos sejam desenvolvidos com base em critérios claros e objetivos.

Outro ato fundamental, é acompanhar as políticas públicas para garantir a qualidade da educação em todas as suas dimensões, como a formação e valorização dos professores, a infraestrutura adequada das escolas e o acesso à cultura e ao esporte. Sem essas condições, a reforma do ensino médio pode se tornar mais uma medida isolada e insuficiente para enfrentar os desafios educacionais do país.

OUTRAS PRESSUPOSIÇÕES

Algumas questões precisam ser problematizadas quando determinados propósitos políticos e econômicos invadem instituições públicas tomando suas autonomias. Consideramos dois fatores fundamentais para esta reflexão com base nas diversas categorias que compõe o novo ensino médio: a formação humana e a mercantilização da educação.

Formação humana é o processo pelo qual os indivíduos se desenvolvem e se tornam capazes de compreender e transformar o mundo em que vivem. Esta não é uma descrição definitiva, mas a simplificação do combinado de meditações do ponto de vista de diferentes autores, citando alguns: Marx, Engels, Dewey, Vygostky, Paulo Freire e Pierre Bourdieu. Enquanto a mercantilização, na esfera educacional, é o processo pelo qual a educação é tratada como uma mercadoria e não como um direito.

O interlace entre os dois processos implica numa análise crítica das concepções e práticas educacionais em disputa na sociedade atual. A formação humana, segundo autores como Marx e Engels (2007), Gramsci (2002) e Freire (2011), é um processo histórico-social que visa o desenvolvimento integral dos indivíduos, considerando suas dimensões cognitivas, afetivas, éticas, políticas e estéticas. A educação, nessa perspectiva, é um direito humano fundamental e um instrumento de emancipação e transformação social.

Na visão desses autores, o movimento de mercantilização da educação reduz a formação humana crítica para uma formação tecnicista e funcional, que atende aos interesses do capital e não aos dos trabalhadores e da sociedade civil. Sob a perspectiva marxista, a configuração da mercantilização contemporânea, constitui na forma de alienação do trabalho e da consciência, que impede os indivíduos de se reconhecerem como seres históricos e sociais, capazes de transformar a realidade. Para Marx (2007), a educação deveria ser um meio de formar homens omnilaterais, desenvolvendo todas as potencialidades humanas, tanto individuais quanto coletivas.

Sob a luz de Gramsci (2002), a formação humana no núcleo da mercantilização da educação pode ser entendida como um modo de dominação ideológica e cultural, que reproduz a hegemonia da classe dominante e impede a formação de uma contra hegemonia da classe trabalhadora. Para Gramsci (2002), a educação deveria ser um meio de formar intelectuais orgânicos, capazes de

articular os interesses e as demandas dos diferentes grupos sociais subalternos, bem como de organizar e liderar movimentos transformadores.

Empiricamente ligado à realidade brasileira, Freire (2011) nos orienta entender que a mercantilização da educação pode ser uma forma de opressão e de desumanização, que nega aos indivíduos o direito à educação como um bem público e social, tratando-os objetos passivos e acríticos. Para o autor, a educação precisa ser um meio de formação da consciência crítica que possibilite aos indivíduos uma leitura problematizadora da realidade, questionando as estruturas sociais injustas e a buscar soluções para os problemas que os afetam.

A formação humana não pode deixar de ser humanizada. Quando muito se relaciona o processo de aprendizagem dos seres sociais com elementos que compõe a visão econômica de organizações submissas ao capital financeiro, a educação é mais treinamento do que educação em sua essência. Séculos antes dessa discussão centrada no contexto brasileiro, Rousseau (2004) nos advertiu para não desconsiderar as emoções como parte integrante da natureza humana e que deveriam ser respeitadas e desenvolvidas na educação. Para ele, as emoções eram fontes de motivação, de prazer e de moralidade, que contribuíam para a formação da personalidade e da sensibilidade do indivíduo.

A essência da educação e do processo educativo para Rousseau era a formação humana, baseada no respeito à natureza e à liberdade do indivíduo. No entanto, esta liberdade não é a mesma do pensamento neoliberal de livre-mercado, é a liberdade do ser social com seus direitos no nosso sistema escolar – democrático e inclusivo (ou que deveria plenamente ser). Nesse sentido, as indefinições do novo ensino médio, dirigem-se na construção de um currículo baseado nos interesses do capital financeiro, podendo prejudicar a autonomia dos estudantes e o desenvolvimento da criticidade do sujeito de várias formas.

No prisma de alguns autores (Apple, 1989; Frigotto, 1995; Gentili, 1998; Saviani, 2008), os dois processos discutidos, se conectados forem, alguns aspectos resultariam em contradições que extrapolariam o campo da educação. Consideramos pertinentes:

- Limitação de possibilidades de escolha dos estudantes, impondo-lhes um currículo que atenda às demandas do mercado, mas que não considere as suas vocações, aspirações e necessidades;
- Redução da formação dos estudantes a uma dimensão crítica, que os prepare para o desempenho de funções específicas, mas que não desconsiderar o pensar criticamente sobre a realidade e a sociedade em que vivem;
- Alienação dos estudantes na sua condição de sujeitos históricos e sociais, com direitos e deveres, que podem participar e transformar o mundo, sendo tratados como meros consumidores e produtores de bens e serviços;

- Desvalorização dos conhecimentos humanísticos, artísticos e culturais, que contribuem para a formação integral dos estudantes, para o desenvolvimento da sua sensibilidade, criatividade e expressão, vistos como irrelevantes ou secundários pelo capital financeiro;
- Por fim, a intensificação de desigualdades educacionais, sociais e econômicas, que excluem ou marginalizam os estudantes que não se enquadram no perfil desejado pelo capital financeiro. Esses não têm acesso aos recursos e oportunidades necessários para uma educação de qualidade, mas responsabilizados pelo seu fracasso ou insucesso.

IN(CONCLUSÕES)

Ponderamos sobre diversas questões que orbitam a conjuntura do novo ensino médio. Não houve intenção de criar novas definições ou ressignificar conceitos, mas refletimos sobre processos, categorias e elementos provenientes de assuntos teóricos que, ao concatenados, formam os sentidos de comoditização, empresariamento e mercantilização da educação.

O “novo” que discutimos e algumas vezes destacados, não apresenta novidade. É a significação de algo que já existe, ou seja, o “novo” ensino médio parece repetir alguns erros do tradicional ensino médio. Entendemos que atualizações são necessárias e o mundo político em face da globalização do conhecimento exige que novidades sejam experimentadas. Isso ocorre na geopolítica, na produção de conhecimento e na reformulação de currículos que respondam às mudanças da sociedade civil.

Contudo, a educação não é uma mercadoria que pode ser aparelhada e colocada como uma coisa na prateleira do mercado. Mas parece ser esse um dos seus rumos. Consideramos essas significações inconclusas, porque diversos debates sobre o novo ensino médio aconteceram durante a produção deste artigo e, ocorrerão após o desfecho dessa análise. São seminários, congressos, mesas-redondas, reuniões, entre muitos outros encontros em diferentes graus. Por isso, não categorizamos e comentamos a proposta mais atualizada do novo ensino médio. A finalidade de nossa reflexão foi concentrada no entendimento da invasão de políticas neoliberais e como processos econômicos estão influenciando nas tomadas de decisões sobre o novo sistema desse ciclo de ensino.

De acordo com Fargoni et al. (2022, p. 1024), "as escolas públicas amargam o sucateamento de suas unidades enquanto ocorre a precarização do trabalho e da vida do professor". Essa é uma circunstância que precisa ser conferenciada no mesmo passo em que se discutem reformulações curriculares e mudanças estratégicas de gestão escolar. Assim, não entregamos a educação brasileira ao capital financeiro. É preciso defender a educação como um direito público e social, fortalecer a autonomia das instituições educacionais, garantindo a diversidade e a pluralidade curricular para

superar as desigualdades educacionais. A educação não pode ser mercantilizada, submetida, reduzida ou reproduzir as injustiças e as opressões, mas sim formar cidadãos livres, críticos e transformadores.

REFERÊNCIAS

APPLE, M. **Educação e poder**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

BOURDIEU, P. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. In: BOURDIEU, P. **Escritos de Educação**. Petrópolis: Vozes, 1998.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Supremo Tribunal Federal**. Disponível em: <https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/legislacao/Constituicao/anexo/CF.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em 13 ago. 2023.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. Tradução de Silvana Finzi Foá. São Paulo: Xamã, 1996.

ESQUINSANI, R. S. S.; SOBRINHO S. C. O Retrocesso da reforma do ensino médio, a BNCC, o neoliberalismo educacional e a marginalização dos institutos federais. **Inter-Ação**, Goiânia, v. 45, n. 1, p. 151-168, jan./mar, 2020.

FARGONI, E. H. E; SILVA JÚNIOR, J. R.; CATANI, A. M. A ciência no contexto neoliberal brasileiro. **Revista Eletrônica Pesquiseduca**, v. 14, n. 36, p. 1006-1028, mai-ago. 2022.

FARGONI, E. H. E.; ZACARIAS, M.; SILVA JR, J. R. Notas teóricas sobre educação, ciência e neoliberalismo no Brasil. **Revista Educação Online**, Rio de Janeiro, v. 18, n.42, p. 1-17, jan-abr. 2023.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

FRIGOTTO, G. **Educação e a crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 1995.

GENTILI, P. **Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação**. Petrópolis: Vozes, 1998.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. Livro I: O processo de produção do capital. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MOTTA, V. C.; ANDRADE, M. C. P. O empresariamento da educação de novo tipo e suas dimensões. **Educação & Sociedade**, v. 41, p. e224423, 2020.

OLIVEIRA, R. P.; ADRIÃO, T. Contribuições para a defesa da escola pública como direito social. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12, n. 34, p. 7-19, jan./abr. 2007.

RAVITCH, D. **Vida e morte do grande sistema escolar americano: como os testes padronizados e o modelo de mercado ameaçam a educação**. Porto Alegre: Sulina. 2011.

ROUSSEAU, J.-J. **Emílio ou da educação**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**. Campinas: Autores Associados, 2008.

SGUISSARDI, V. Reforma do Estado e da educação no Brasil de FHC. **Educação & Sociedade**, v. 23, n. 80, p. 15-32, 2002.

SGUISSARDI, V. “Educação superior no Brasil. Democratização ou massificação mercantil?”. **Educação & Sociedade**, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 667-695, out. 2007.

SILVA, M. V. O Consenso de Washington e a privatização na educação brasileira. **Linhas Críticas**, Brasília, v. 10, n. 19, p. 117-132, jul./dez. 2004.

SILVA, M. V.; SILVA, L. H. A trajetória ininterrupta da reforma do aparelho de Estado no Brasil: o caso da educação. **Revista Brasileira de Educação**, v. 23, e230010, 2018.

SILVA JR., J. R. Expansão da privatização/mercantilização do ensino superior brasileiro: a formação para o mercado. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 88, p. 725-747, out. 2004.

SILVA JR., J. R.; FARGONI, E. H. E. Mundialização da educação superior: notas sobre economia, produção de conhecimento e impactos na sociedade civil. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 28, n. 3, p. 35-49, 2019.